



PUBLICADO(A) NO JORNAL
Paraná Centro
N.º 364 Pág: 18
Edição de 16/07/2001
[Handwritten signature]

LEI 082/2001

SÚMULA: Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de ARIRANHA DO IVAÍ para o exercício de 2.002, e dá outras providências:

A Câmara Municipal de Ariranha do Ivaí, Estado do Paraná, aprovou, eu, Roberto Miguel Guedert, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Esta Lei estabelece as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento Programa do Município de ARIRANHA DO IVAÍ, relativo ao Exercício Financeiro de 2002.

Art. 2º - A proposta orçamentária será elaborada em consonância com as disposições constantes da Lei Complementar 101 de 04/05/2000 tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita:

I - fornecida pelos órgãos competentes quanto as transferências legais da União e do Estado;

II - projetada, no concernente a tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a ser realizadas considerando-se os efeitos de alterações na legislação, variação do índice de preços, crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do demonstrativo de evolução nos últimos três anos e da projeção para os dois seguintes e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - Não será admitida reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo, salvo erro ou omissão de ordem técnica e legal.

§ 2º - As operações de crédito previstas não poderão superar o valor das despesas de capital constantes da Proposta Orçamentária.

Art. 3º - O montante das despesas fixadas acrescido da reserva de contingência não será superior ao das receitas estimadas.

Art. 4º - A reserva de contingência não será inferior a 1% (um por cento) do total da receita corrente líquida prevista e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 5º - A manutenção de atividades incluídas dentro da competência do Município, já existentes no seu território, bem como a conservação e



Prefeitura do Município
ARIRANHA DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

002
Semeando um
Futuro Melhor

§1º - O Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal, até a data de envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório dos projetos em andamento.

§2º - Serão entendidos como projetos em andamento aqueles cuja execução financeira, até 31 de março de 2001, ultrapassar vinte por cento do seu custo total estimado, conforme indicado no relatório do parágrafo anterior.

Art. 11 - As despesas com ações de expansão corresponderão às prioridades específicas indicadas no Anexo I, integrante desta Lei e à disponibilidade de recursos, as quais encontram-se ordenadas por órgãos de governo.

Art. 12 - Na Lei Orçamentária a discriminação das despesas será efetuada por órgão e unidade orçamentária de acordo com a classificação funcional programática desdobrada por categorias econômicas e elementos de despesa, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo Único - A Lei Orçamentária incluirá os seguintes demonstrativos:

I - da receita, que obedecerá o disposto no artigo 2º, parágrafo 1º da Lei Federal 4320/64 de 17/03/64, com alterações posteriores;

II - da natureza da despesa, para cada órgão e unidade orçamentária;

III - do programa de trabalho por órgãos e unidades orçamentárias, demonstrando os projetos e atividades de acordo com a classificação funcional programática;

IV - outros anexos previstos em Lei, relativos a consolidação dos já mencionados anteriormente;

Art. 13 - As emendas apresentadas pelo Legislativo que proponham alteração da proposta orçamentária encaminhada pelo Poder Executivo, bem como dos Projetos de Lei relativos a Créditos Adicionais a que se refere o artigo 166 da Constituição Federal, serão apresentados na forma e no nível de detalhamento estabelecidos para a elaboração da Lei Orçamentária.

Art. 14 - São nulas as emendas apresentadas à Proposta Orçamentária:

I - que não sejam compatíveis com esta Lei;

II - que não indiquem os recursos necessários em valor equivalente à despesa criada, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas aquelas relativas às dotações de pessoal e seus encargos e ao serviço da dívida;



recuperação de equipamentos e obras já existentes terão prioridade sobre ações de expansão e novas obras.

Art. 6º - A conclusão de projetos em fase de execução pelo Município, terão preferência sobre novos projetos.

Art. 7º - Não poderão ser fixadas despesas sem que sejam definidas as fontes de recursos. Art. 8º - Na fixação da despesa deverão ser observados os seguintes limites, mínimos e máximos:

I - as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino não serão inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, incluídas as transferências oriundas de impostos consoante o disposto no artigo 212 da Constituição Federal;

II - as despesas com saúde não serão inferiores ao percentual definido na Emenda Constitucional nº 29;

III - as despesas com pessoal do Poder Executivo Municipal incluindo a remuneração de agentes políticos, inativos e pensionistas e os encargos patronais não poderão exceder a 54% (cinquenta e quatro por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

IV - as despesas com pessoal do Legislativo Municipal inclusive a remuneração dos agentes políticos, encargos patronais e proventos de inatividade e pensões não será superior a 6% (seis por cento) da receita corrente líquida, se outro inferior não lhe for aplicável nos termos do art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000 ou da Emenda Constitucional nº 25;

V - o Orçamento do Legislativo Municipal deverá ser elaborado considerando-se as limitações da Emenda Constitucional nº 25;

VI - as despesas com serviços de terceiros no exercício de 2002 não poderão exceder, em percentual, em relação às receitas correntes líquidas, ao percentual efetivamente aplicado em idêntica relação, no exercício de 1999.

Art. 9º - Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente serão programados para a realização de despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviço da dívida e outras despesas de custeio administrativo e operacional.

Art. 10º - Além da observância das prioridades e metas fixadas nesta Lei, a Lei Orçamentária e os seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se estiverem adequadamente contemplados os projetos em andamento, salvo se existentes recursos especificamente assegurados para a execução daqueles.



Art. 15 - Poderão ser apresentadas emendas relacionadas com a correção de erros ou omissões ou relacionadas a dispositivos do texto do Projeto de Lei.

Art. 16 - A existência da meta ou prioridade constante no Anexo I desta Lei, não implica na obrigatoriedade da inclusão da sua programação na Proposta Orçamentária.

Art. 17 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "subvenções sociais", ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que preencham uma das seguintes condições:

I – sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social; ou

II – atendam ao disposto no art. 204 da Constituição Federal, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.

Parágrafo Único - Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos três anos, emitida no exercício de 2002 por duas autoridades locais e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 18 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de "auxílios" para entidades privadas, ressalvadas, as sem fins lucrativos e desde que sejam:

I – voltadas para ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, desde que registradas no Conselho Nacional de Assistência Social;

II – de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas municipais do ensino fundamental;

III – consórcios intermunicipais de saúde, legalmente instituídos e constituídos exclusivamente por entes públicos;

IV – Associações Comunitárias de Moradores, devidamente constituídas e registradas no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca, no concernente a auxílios destinados a execução de obras e aquisição de equipamentos de interesse comunitário..

Art. 19 – A concessão de auxílios para pessoas físicas obedecerão preferencialmente os critérios estabelecidos pelos programas sociais que originam os recursos a ser aplicados, e no caso de recursos próprios do Município,



será precedida da realização de prévio levantamento cadastral objetivando a caracterização e comprovação do estado de necessidade dos beneficiados.

Parágrafo Único – Serão consideradas como carentes, pessoas cuja renda familiar, não ultrapasse 02 (dois) salários mínimos.

Art. 20 – A proposta orçamentaria do Poder Legislativo Municipal para o exercício de 2002 deverá ser encaminhada ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a proposta geral do Município até a data de 31 de agosto de 2001.

§ 1º - Os recursos correspondentes as dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo ser-lhe-ão repassados pelo Poder Executivo até o dia 20 de cada mês.

§ 2º - Até o dia 10 do mês subsequente o Legislativo Municipal deverá encaminhar ao Executivo Municipal, para fins de incorporação a contabilidade geral do Município, o balancete financeiro mensal e os demonstrativos analíticos das despesas realizadas.

Art. 21 – A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2002 será encaminhada para apreciação do Legislativo até dia 01 de outubro de 2001.

Art. 22. - Se o Projeto de Lei do Orçamento de 2002 não for sancionado pelo Executivo até o dia 31 de dezembro de 2001 a programação dele constante poderá ser executada, enquanto a respectiva Lei não for sancionada, até o limite mensal de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação na forma do estabelecido na proposta remetida à Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Considerar-se-á antecipação de crédito à conta da Lei Orçamentária a utilização dos recursos autorizada neste artigo.

Art. 23 - A execução orçamentária será efetuada mediante o princípio da responsabilidade da gestão fiscal através de ações planejadas e transparentes que previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultado entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, seguridade social e outras, dívida consolidada, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita e inscrição em restos a pagar, normas estas constantes da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 24 - Se no final de cada bimestre for verificado a ocorrência de desequilíbrio entre a receita e a despesa que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na Legislação vigente e nesta Lei, dando-se assim, o equilíbrio entre receitas e despesas para fins da alínea a, I, 4º da Lei Complementar nº 101, de 2000.



Art. 25 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - a obrigações constitucionais e legais do Município;

II - ao pagamento do serviço da dívida pública fundada inclusive parcelamentos de débitos;

III - despesas fixas com pessoal e encargos sociais enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal constante do artigo 20 da Lei Complementar 101, de 2000;

IV - despesas vinculadas a uma determinada fonte de recurso, cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso esteja sendo normalmente executado.

Art. 26 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, observado o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101, de 2000, bem como, ainda, as disponibilidades financeiras do município, mediante autorização do Legislativo Municipal.

Art. 27 - Ocorrendo a superação do patamar de 95% (noventa e cinco por cento) do limite aplicável ao Município para as despesas com pessoal são aplicáveis aos Poderes Executivo e Legislativo as vedações constantes do Parágrafo Único, Inciso I a V do Artigo 22 da Lei Complementar 101, de 2000.

Parágrafo Único - No exercício financeiro de 2002, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa com pessoal houver extrapolado seu limite legal de comprometimento, exceto no caso previsto no art. 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Art. 28 - O disposto no § 1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo Único - Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do caput, os contratos de terceirização relativos a execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão;

II – não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente.



Prefeitura do Município
ARIRANHA DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

007
Semeando um
Futuro Melhor

Art 29 - A lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovada se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000.

Art. 30 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados, na seguinte ordem:

I - novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - despesas de manutenção de atividades não essenciais desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - outras despesas a critério do Executivo Municipal até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art. 31 - Os custos unitários de obras executadas com recursos do orçamento do Município, relativas à construção de prédios públicos, saneamento básico e pavimentação, não poderão ser superiores ao valor do Custo Unitário Básico - CUB, por m², divulgado pelo Sindicato da Indústria da Construção do Paraná, acrescido de até trinta por cento para cobrir custos não previstos no CUB.

Art. 32 - Serão considerados, para efeitos do artigo 16 da Lei Complementar 101/2000, na elaboração das estimativas de impacto orçamentário-financeiro quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que acarretem aumento de despesa, os seguintes critérios:

I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição Federal;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal 8.666, de 1993.

Art. 33 - Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congêneres;



II – no caso de despesas relativas a prestação de serviços já existentes e destinados a manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 34 – Os Poderes deverão elaborar e publicar em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Parágrafo Único - No caso do Poder Executivo Municipal, o ato referido no caput conterà, ainda, metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, incluindo seu desdobramento por fonte de receita.

Art. 35 – É vedado ao Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos da Constituição Federal, incluir na Lei Orçamentária sem prévia aprovação do Legislativo Municipal, autorização para:

I - realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da legislação vigente;

II – realizar operações de crédito até o limite estabelecido pela legislação vigente;

III – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total geral de cada orçamento, nos termos da legislação vigente;

IV - transpor, remanejar ou transferir recursos, de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem autorização legislativa, nos termos do inciso VI do art. 167 da Constituição Federal.

Art. 36 – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 101, de 2000, a custear despesas de competência de outras esferas de governo no concercente a segurança pública, trânsito, incentivo ao emprego, previdência e assistência social mediante prévio firmamento de convênio.

Art. 37 - No decorrer do exercício o Executivo fará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre a publicação do relatório a que se refere o § 3º do artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes do previsto no artigo 52 da Lei Complementar 101, de 2000, respeitados os padrões estabelecidos no § 4º do artigo 55 da mesma Lei.

Art. 38 - O Relatório de Gestão Fiscal obedecendo os preceitos do artigo 54, § 4º do artigo 55 e da alínea b, inciso II do artigo 63, todos da Lei Complementar 101 serão divulgados em até trinta dias após o encerramento do semestre, enquanto não ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, os quais uma vez atingidos, farão com que aquele relatório seja divulgado quadrimestralmente.



Prefeitura do Município
ARIRANHA DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

009
Semeando um
Futuro Melhor

Art. 39 - O projeto de lei orçamentária demonstrará a estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado para 2002, em valores correntes, destacando-se pelos menos aquela relativa aos gastos com pessoal e encargos sociais.

Art. 40 - O controle de custos da execução do orçamento será efetuado a nível de unidade orçamentária com o desdobramento nos projetos e atividades cuja execução esteja a ela subordinados.

Art. 41 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ariranha do Ivaí, em 12 de Julho de 2.001.



ROBERTO MIGUEL GUEDERT
Prefeito Municipal





ANEXO ÚNICO
(Lei de Diretrizes Orçamentárias)

PRIORIDADES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO ANUAL
DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002, POR ÁREAS DE AÇÃO
GOVERNAMENTAL.

01 - LEGISLATIVO:

- Construção da sede própria do Legislativo;
- Dar continuidade e aperfeiçoamento do processo legislativo e das atividades de controle externo, para atendimento às matérias de competência municipal;
- Aquisição de um veículo;
- Aquisição de móveis, utensílios e equipamentos;
- Treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos;
- Remodelação da estrutura básica do Poder Legislativo;
- Admitir pessoal mediante concursos, testes seletivos e em Cargos de Comissão;

02 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO:

- Racionalização do fluxo de papéis;
- Treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos nas diversas áreas de atuação da Administração Municipal;
- Remodelação da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura municipal;
- Recuperação da Planta Genérica de Valores;
- Reestruturação do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal;
- Renovação da frota de veículos da Administração, com a reforma e/ou aquisição de novos veículos e equipamentos;
- Revisão de legislação tributária;
- Revisão do Regime Jurídico e do Estatuto dos Servidores Municipais e do Plano de Classificação de Cargos em Carreira e Remuneração, com a implantação de sistema de promoção e valorização do Servidor Público;
- Aquisição e instalação de equipamentos de fac-símile e PABX;
- Manutenção das atividades dos órgãos municipais;
- Ampliação do sistema de processamento de dados, visando a modernização tecnológica, objetivando a eficácia nos serviços de controle e lançamentos, propiciando mais rapidez e segurança nas atividades dos setores administrativos;
- Reorganizar e aperfeiçoar o Cadastro Técnico Imobiliário;
- Aperfeiçoamento dos processos de fiscalização e de arrecadação;
- Aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação social;
- Atendimento de encargos e de amortização de dívidas;
- Aquisição de equipamentos, mobiliários e veículos para os diversos órgãos e setores que compõe a Administração Municipal;



Prefeitura do Município
ARIRANHA DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

011
Semeando um
Futuro Melhor

- Aperfeiçoar o sistema de planejamento, orçamentário e controle interno;
- Promover a assistência jurídica dos órgãos municipais;
- Coordenar e assessorar as atividades municipais;
- Efetivação de teste seletivo e concursos públicos de provas e de provas e títulos, para preenchimento de vagas em novas nomeações e contratações;
- Reajuste e revisão de remuneração e proventos a Servidores e seus familiares;
- Revisão e atualização das alíquotas para cada espécie de tributo;
- Locação de imóveis e veículos para as unidades administrativas e no interesse da Administração obedecidas as formalidades legais;

03 - AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE :

- Implantação e manutenção do programa de melhoria do plantel eqüino, bovino, suíno, ovino, caprino e bubalino visando o incentivo ao pequeno produtor rural;
- Reorganização da Patrulha Agrícola, com aquisição de novos equipamentos e implementos;
- Manutenção e expansão do Programa de Inseminação a Artificial;
- Fomento à produção leiteira, piscicultura, sericicultura, apicultura, horti-fruti-granjeiros;
- Desenvolvimento de programas de infra estrutura na propriedade do agricultor, buscando o aumento da produtividade e a manutenção do homem no campo;
- Apoio às atividades agropecuárias e de extensão rural;
- Incentivo à Feira Livre do Produtor;
- Atendimento às necessidades de reflorestamento, visando a auto suficiência em madeiras, proteção de rios, nascentes, flora e a fauna silvestre, através do viveiro municipal;
- Atividades de conservação de solo integrado às estradas vicinais;
- Incentivo à produção de erva-mate e pinheiro araucária;
- Construção e manutenção de secadores comunitários de pequeno porte;
- Incentivo ao aumento de produtividade, com a distribuição de sementes e insumo ao pequeno produtor rural;
- Manutenção do Programa Municipal de Conservação de Solo e Água;
- Incrementação e manutenção do programa de mudas e sementes;
- Desenvolvimento e manutenção de Programas de Fomento à produção pecuária atendendo às necessidades de nutrição animal, saúde e manejo de rebanhos e aves;
- Promoção e articulação de medidas de abastecimento;
- Assistência técnica dos serviços ligados ao desenvolvimento e aprimoramento da agropecuária;
- Criação de facilidades concernentes à aquisição de insumos básicos;
- Ampliação e manutenção da fiscalização da defesa animal;
- Promoção de medidas e articulação com outras esferas de governo, pela melhoria de vida do homem no campo;
- Incentivo e promoção a realização de Feiras, Rodeios e Exposições;



04 - EDUCAÇÃO :

- Reformas, reconstrução e construção de Unidades Escolares na zona rural e urbana;
- Expansão e manutenção da rede física do Ensino Infantil e Fundamental;
- Manutenção e melhorias do Sistema de Transporte Escolar;
- Aquisição de veículos para o transporte escolar e administrativo;
- Treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos relacionados à área educacional;
- Manutenção do Programa de Merenda Escolar;
- Apoio às entidades educacionais instaladas no Município;
- Desenvolvimento e manutenção de programas educacionais para a educação infantil e a educação especial;
- Aquisição de equipamentos e materiais de apoio ao estudante, visando a melhoria das condições de aprendizagem no ensino fundamental no Município;
- Auxílios financeiros e subvenções a entidades educacionais sem fins lucrativos;
- Implantação de Escola Profissionalizante na sede do Município;

05 - ESPORTES E CULTURA :

- Manutenção dos instrumentos musicais e equipamentos para a criação da Fanfarra Municipal;
- Incentivo aos projetos e atividades culturais, artísticas e demais atividades a cargo da Divisão de Cultura;
- Incentivo ao esporte amador através de melhorias das instalações de campos, quadras de esportes, ginásio e de transporte a praticantes, desde que credenciados junto ao órgão respectivo do Município, e promoção de diversas modalidades esportiva no âmbito do Município e regional;
- Construção e manutenção de canchas polivalentes na zona rural e urbana;
- Construção e manutenção de parques infantis em praças e logradouros;
- Construção e manutenção de um Centro Comunitário para atividades sociais diversas na sede do Município;
- Estudos e projetos para a implantação de obras de infra estrutura para a exploração turística das belezas naturais do Município;
- Efetivação de melhorias no estádio e ginásio municipal;
- Construção e manutenção de prédio próprio para abrigar a Biblioteca Pública Municipal, com aquisição de equipamentos, moveis e utensílios, livros diversos e outros bens necessários para o perfeito funcionamento da mesma;
- Coordenar as atividades esportivas e culturais do Município, através de programas de esportes e recreação oferecidas à população nas atividades recreativas e culturais, visando a difusão e desenvolvimento



da prática de diversos desportos em todos os meios sociais, através de um Calendário Municipal de Atividades;

- Criação e instituição de concursos, maratonas, passeios e incentivos a festividades cívicas e religiosas, tradicionalistas e populares, objetivando movimentar a população e o turismo;
- Construção de um mini-ginásico de esportes.

06 - SAÚDE E SANEAMENTO :

- Manutenção e ampliação da rede de postos de saúde;
- Aquisição de ambulância e veículos para o transporte de pessoal da Secretaria de Saúde e pacientes;
- Aquisição de equipamentos médico-hospitalares para os Postos de Saúde e ambulatório municipal;
- Promover a assistência médica e sanitária através da rede municipal;
- Projetos e estudos para a implantação e prosseguimento da rede de captação e tratamento de esgotos;
- Apoio à extensão da rede de distribuição domiciliar d'água, no quadro urbano;
- Implantação e manutenção de Projetos Simplificados de Abastecimento D'água em localidades da zona rural e ampliação dos já existentes;
- Reformas em postos de saúde e ambulatório da sede e zona rural, com aquisição e instalação de equipamentos para o laboratório de análises clínicas e outros;

07 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO :

- Apoio aos projetos de produção artesanal;
- Apoio a projeto de instalação de indústrias no Município, através de incentivos, visando a criação de novos empregos e incremento da arrecadação;
- Incentivo à implantação de agro-indústrias procurando utilizar matéria prima local e regional;
- Reestruturação da legislação de incentivo a instalação de indústrias no Município;
- Desenvolvimento de cooperação com empresas já instaladas e outras que venham a se instalar no Município e que tenham relação direta com o aumento da produção e da produtividade agrícola;

08 - HABITAÇÃO E URBANISMO:

- Estudos e projetos para a construção de núcleos habitacionais para pessoas de baixa renda em convênios com os Governos Federal e Estadual;
- Construção e manutenção de praças e ruas de lazer na sede e em distritos do Município;
- Projetos de urbanização de ruas e trevo de acesso à cidade;
- Manutenção e ampliação e reformulação da rede de iluminação pública;
- Ampliação pela construção do sistema de galerias pluviais na sede e distritos;



- Pavimentação de ruas do quadro urbano e distritos;
- Melhoria com aquisição de equipamentos e veículos de coleta de lixo urbano domiciliar e hospitalar;
- Arborização de logradouros e vias públicas;
- Manutenção e ampliação do aterro sanitário;
- Sinalização das vias públicas e de acesso à cidade;
- Construção e reformas de abrigos de pontos de ônibus;
- Manutenção e ampliação dos serviços de utilidade pública;
- Construção de portais nos trevos de acesso da sede do Município;
- Ampliação, limpeza e conservação, melhorias da pavimentação de vias urbanas e dos distritos;
- Construção e conclusão de Terminal Rodoviário na sede do Município;
- Manutenção e fiscalização dos serviços funerários;
- Construção de calçadas em vias públicas e manutenção;
- Incremento a fiscalização e reorganização da lei de concessão do serviço de transporte de passageiros por taxi;

09 - TRANSPORTES :

- Reequipamento do Setor de Transportes e seus órgãos subordinados da Administração Municipal;
- Construção e manutenção de estradas, pontes, pontilhões e bueiros na malha viária municipal;
- Restauração e cascalhamento da malha rodoviária municipal;
- Ampliação e manutenção e reequipamento da oficina mecânica;
- Ampliação, manutenção e reequipamento do Parque Rodoviário Municipal;
- Treinamento e aperfeiçoamento do pessoal lotado no setor rodoviário;
- Elaboração e manutenção do Plano Rodoviário Municipal, criação e instalação do respectivo conselho;
- Calçamento com pedras irregulares de estradas municipais, através de convênios ou com recursos próprios;
- Remodelação da estrutura do almoxarifado do parque e oficina;

10 - DEFESA E SEGURANÇA :

- Manutenção da Junta do Serviço Militar;

11 - ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL :

- Manutenção dos Serviços de Previdência Social;
- Apoio e manutenção aos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Assistência Social; Municipal do Trabalho, Municipal de Saúde; e outros;
- Manter programas de assistência ao menor, adolescente e amparo a velhice, através dos órgãos assistenciais;
- Subvenções e auxílios a entidades de assistência ao menor, adolescente e a velhice do Município;



Prefeitura do Município
ARIRANHA DO IVAÍ

ESTADO DO PARANÁ

015
Semeando um
Futuro Melhor

- Manutenção e cumprimento das obrigações previdenciárias patronal e funcional;
- Contribuir na forma da Lei, para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
- Estudos e Projetos para a construção de um Centro de Convivência do Idoso e sua manutenção;
- Ampliação dos serviços de assistência aos carentes;
- Apoio e incentivo à produção popular através da oferta de cursos de corte e costura, tricô, crochê com o treinamento adequado de pessoas carentes;
- Construção reforma e manutenção e reequipamento de creches municipais;
- Apoio à implantação de clubes de mães e associação de moradores;

Ariranha do Ivaí, 12 de Julho de 2001.

